



# Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

## AUTÓGRAFO N 051/2025

**Proposio** : Projeto de Lei n 032/2025  
**Autoria** : Executivo  
**Assunto** : *Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaborao da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2026 e dá outras providências.*

1

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuioes legais;

**APROVA:**

### CAPÍTULO I DISPOSIOES PRELIMINARES

**Art. 1** Ficam estabelecidas as diretrizes para o Orçamento do Município, no exercício de 2026, compreendendo:

- I – As orientaoes sobre a elaborao e execuo;
- II – As prioridades e metas da Administrao Pública Municipal;
- III – As alteraoes na legislao tributária do município;
- IV – As disposioes relativas às despesas com pessoal;
- V – Outras determinaoes de gestão financeira.

**Art. 2** As metas e prioridades da Administrao Municipal para o exercício de 2026 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, integrante desta Lei, as quais tero precedência na alocao de recursos na Lei Orçamentária Anual, não se constituindo em limite  programo da despesa.

**Pargrafonico:-** As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-o modificadas por leis posteriores, inclusive a Lei Orçamentária Anual, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

**Art. 3** As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2026 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrado em:

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
I – Metas Anuais;
III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três exercícios anteriores;
IV – Evoluo do Patrimnio Líquido;
VII – Estimativa e Compenso da Renúncia de Receita;
VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigtorias de Caráter Continuado.



# Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

## CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇAO E EXECUÇAO DO ORÇAMENTO Das Diretrizes Específicas

**Art. 4** A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026 obedecerá às seguintes disposições:

I – Cada programa identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas;

II – Na estimativa da receita considerar-se- a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;

III – Os projetos em fase de execução tero prioridades sobre os novos projetos;

IV – Os recursos legalmente vinculados às finalidades específicas deverão ser utilizados exclusivamente para atendimento do objetivo de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

**Art. 5** As unidades orçamentárias (atráves de suas secretarias) da Administração Direta encaminharão à Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal suas propostas orçamentárias parciais até o dia 30 de junho de 2026.

**Art. 6** A Câmara Municipal encaminhará à Prefeitura Municipal sua proposta orçamentária até o dia 31 de agosto de 2026.

 1 – O Executivo encaminhará  Câmara Municipal, até 30 (trinta) dias antes do prazo fixado no “*caput*”, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2025 e 2026, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cáculo, conforme estabelece o artigo 12 da Lei Complementar Federal n 101/2000.

 2 – Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contados da solicitação daquele Poder.

**Art. 7** A Lei Orçamentária conter Reserva de Contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos e caso estes não se concretizem esta reserva ficará destinada para eventuais suplementações.

**Parágrafo nico:-** O valor da Reserva de Contingência terá seu limite máximo de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.



# Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

**Art. 8** Até o limite de 20% da despesa inicialmente fixada fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.

**Art. 9** Até o limite de 20% da despesa inicialmente fixada fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de créditos adicionais suplementares.

** 1** - Esta autorização poderá também constar da Lei Orçamentária.

**Art. 10** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional (Especial), no exercício de 2026, conforme o entendimento da Lei 4.320/64, Art. 43.

Obs:- Por crédito especial se entende os créditos não computados na Lei do Orçamento, ou seja, aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação específica.

1 Consideram-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotação orçamentária ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiz-las.

**Art. 11** Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, através dos Termos de Colaboração e Termo de Fomento, desde que observadas às seguintes exigências e condições estabelecidas na Lei Federal não 13.019 de 31 de julho de 2014.

**Art. 12** Visando à realização e ao atendimento de atividades estabelecidas nos programas governamentais do Município, o Poder Executivo poderá firmar convênios com entidades sem fins lucrativos, para, em seu nome, prestarem serviços  população, em conformidade com o estabelecido em Lei.

**Art. 13** Ficam proibidas as seguintes despesas:

I – Novas obras, desde que bancadas pela paralisação das antigas;

II – Pagamento, a qualquer título, as empresas privadas que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa;

III – Pagamento de verbas de gabinete aos Vereadores;

IV – Pagamento de anuidade de servidores e conselhos profissionais com OAB, CREA, CRC, entre outros;



V – Distribuição de agendas, chaveiros, buquê de flores, cartões e cestas de natal entre outros brindes.

**Art. 14** A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

4

## Da Execução do Orçamento

**Art. 15** Até trinta dias após publicação da Lei Orçamentária Anual o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º - As receitas, conforme as previsões respectivas serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais;

§ 2º - A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo, poderão ser modificados conforme os resultados da execução orçamentária.

**Art. 16** Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, comprometendo o equilíbrio entre a receita e a despesa ou mesmo as metas de resultados, será determinada a limitação de empenhos e da movimentação financeira.

§ 1º - A limitação de que trata este artigo será fixada de forma proporcional à participação dos poderes Legislativo e Executivo no total das dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária de 2026 e de seus créditos adicionais.

§ 2º - A limitação terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação e será determinada por unidades orçamentárias.

§ 3º - A limitação de empenho e da movimentação financeira será determinada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por ato da mesa e por decreto.

§ 4º - Excluem-se da limitação de que trata este artigo, as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução, bem como as contrapartidas requeridas em convênio com a União e o Estado.

**Art. 17** Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivos ou benefício tributário que importem em renúncia de receita deverão obedecer às disposições da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, devendo estar acompanhados do demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro a que se refere o seu artigo 14.

§ Único:- Excluem-se da referida obrigação os atos relativos ao cancelamento de créditos cujos montantes sejam inferiores aos dos respectivos custos de cobrança, bem como eventuais descontos para



# Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

pagamento  vista do Imposto Predial e Territorial Urbano, desde que os valores respectivos tenham sido considerados na estimativa da Receita.

## CAPÍTULO III DAS ALTERAOES NA LEGISLAAO TRIBUTÁRIA

**Art. 18** O Poder Executivo poderá encaminhar a Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alteraoes na legislaao tributária, especialmente sobre:

I – Revisão e atualizaao do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distoroes.

II – Revisão das taxas, tarifas e preços objetivando sua adequaao aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do município;

III – Atualizaao da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorizaao do mercado imobiliário;

IV – Aperfeiçoamento do sistema de fiscalizaao, cobrança, execuçao fiscal e arrecadaao de tributos.

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIOES RELATIVO AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

**Art. 19** O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e srio, incluindo:

I – A revisão geral anual dos vencimentos / srios dos servidores públicos municipais.

II – A concessão, absorao de vantagens e aumento de remuneraao de servidores.

II – A criaao e a extinao de empregos públicos, bem como a criaao e alteraao de estrutura de carreira.

III – O provimento de empregos e contrataoes de emergências estritamente necessárias, respeitada a legislaao vigente.

IV – Revisão do sistema de pessoal, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público.

**nico:-** As alteraoes autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotaao orçamentária suficiente para atender as projeoes de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

**Art. 20** O total da despesa de pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês em referência, somado com as dos onze meses imediatamente anteriores, apuradas ao fim de cada quadrimestre, não poderá exceder o limite máximo de 60% (sessenta por cento), assim dividido:



# Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

- I – 6% (seis por cento) para o Legislativo;
- II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

**Parágrafo nico:-** Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

I – De indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – Relativa a incentivos  demissão voluntária;

III – Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o “caput” deste artigo;

IV – Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico.

V – Decorrentes da revisão geral anual de que trata o artigo 37, X da Constituição Federal.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIOES GERAIS

**Art. 21** Os repasses mensais de recursos financeiros ao Poder Legislativo serão realizados de acordo com o cronograma anual de desembolso mensal de que trata o Art. 14 desta lei, respeitado o limite máximo estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal de 1988, introduzido pela Emenda Constitucional 25/2000.

 1 - No caso da não elaboração do cronograma de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados  razão de um doze avos por mês, aplicados sobre o total das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo, respeitado, em qualquer caso, o limite máximo previsto na Constituição Federal.

**Art. 22** Os projetos de lei, relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

 nico:- Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 30 dias, a contar da data do recebimento do pedido.

**Art. 23** O sistema de controle interno do Poder Executivo será responsável por acompanhar, controlar, avaliar e emitir relatórios sobre os programas de governo, a fim de auxiliar o Chefe do Poder Executivo no cumprimento do seu dever com a legislação vigente.

**Art. 24** Caso o projeto de Lei Orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no artigo 35,  2, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação



# Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

poderá ser executada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total da despesa orçada.

**Art. 25** As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2026 serão inscritas em restos a pagar e terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente, inclusive para efeito de comprovação dos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas da educação e da saúde.

**Parágrafo único:-** Decorrido o prazo de que trata o caput e constatada, excepcionalmente, a necessidade de manutenção dos restos a pagar, fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar sua validade, condicionado à existência de disponibilidade financeira para a sua cobertura.

**Art. 26** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Guará/SP, 03/06/2025.

**Francisco Ivanécio de Oliveira Silva**  
Presidente em exercício

**Leonildo Aparecido da Silva**  
1º Secretário

**Roberto Dias**  
2º Secretário